



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA REALIDADE DISTANTE

ELIZETE ALVES MATOSO

BELO HORIZONTE - 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA REALIDADE DISTANTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Ma. Beatriz Lopes Falcão

BELO HORIZONTE - 2015

ELIZETE ALVES MATOSO

EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA REALIDADE DISTANTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a. Ma. Beatriz Lopes Falcão (orientadora) – UFMG

Prof. Dr.

(avaliador) – UFMG

Prof^a Elizete Alves Matoso - cursista

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e à Nossa Senhora, minha luz e proteção.

Ao meu companheiro Matias, pela extrema dedicação e disponibilidade.

Aos meus filhos pais, minha eterna gratidão pelo dom da vida.

Às minhas colegas de trabalho, em especial, a professora Iara Aparecida de Almeida Freitas, que fez a diferença na Educação Integral.

E aos colegas e professores do curso pela atenção e carinho dispensados.

“Bons alunos aprendem a matemática numérica, alunos fascinantes vão além, aprendem a matemática da emoção, que não tem conta exata e que rompe a regra da lógica. Nessa matemática você só aprende a multiplicar quando aprende a dividir, só consegue ganhar quando aprende a perder, só consegue receber, quando aprende a se doar.”

Augusto Cury

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma análise da Escola em Tempo Integral implantado nas escolas estaduais de Minas Gerais, especificamente na Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”, na periferia da cidade de Curvelo/MG. Muitas dificuldades estão sendo enfrentadas desde que iniciamos com o Projeto “Tempo Integral”, em 2008. Obtivemos êxito com a implantação do projeto, principalmente, no que se refere ao auxílio pedagógico e aprendizagem dos alunos, com melhora significativa por parte dos alunos, elevando a proficiência da escola e zerando o baixo desempenho em língua portuguesa e matemática. No entanto, algumas dificuldades ainda persistem, dentre elas a oferta de uma boa infraestrutura física no prédio escolar para abrigar o projeto “Tempo Integral” no contraturno; permitindo um espaço salubre e bem organizado; a falta de interação entre os dois turnos, de forma que o aluno seja avaliado em sua integralidade, seus avanços cognitivos, sociais e culturais. Outro dado relevante e merecedor de análise diz respeito aos recursos destinados ao projeto, que estão sempre aquém das demandas e não chegam em tempo hábil. Também podemos destacar dificuldades de parcerias com a iniciativa privada, rotatividade dos alunos, falta de cursos de formação profissional para os docentes que atuam no projeto e assistência por um pedagogo diariamente para o projeto e mais, acompanhar de perto a aplicação dos recursos destinados às atividades pedagógicas, possibilitando assim, um desenvolvimento cognitivo, psicológico, valorização do eu, e das habilidades individuais dos alunos, através das oficinas pedagógicas. Esperamos que a inclusão do Projeto Tempo Integral no PPP venha, de fato, promover uma aprendizagem significativa aos discentes participantes, pois todas as dificuldades foram inseridas no PPP da escola no ano de 2014 para serem sanadas já em 2015

Palavras chave: Tempo Integral, aprendizagem, estrutura física, formação docente.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO.....	11
3. EDUCAÇÃO INTEGRAL: ESPAÇOS ESCOLARES INADEQUADOS	13
4. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25
7. ANEXO	
Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”.....	27

INTRODUÇÃO

A motivação para este trabalho deriva de alguns desafios apresentados ao longo da elaboração do Projeto Político Pedagógico (2014), bem como a sua importância no contexto escolar. Pensar no Projeto Político Pedagógico implica em pensar no cotidiano da escola, na sua finalidade, da sua função enquanto espaço de ensino-aprendizagem.

Enquanto trabalhávamos, direção, especialista e professores, para a concretização do Projeto Político Pedagógico, ou seja, no processo de discussão e elaboração, buscamos exprimir e conceituar o Projeto Político Pedagógico para todos os envolvidos de forma que estes pudessem entendê-lo a partir de uma visão mais simples e objetiva, sem, contudo, deixar de apresentar os conceitos científicos e metodológicos de nossos doutrinadores. A gestão da escola buscou externar o conceito do PPP a partir de um olhar sobre a educação mais humanizada; sendo o PPP, na fase de primeira discussão, a alma visível da escola, devendo tocar todos os envolvidos, emprestando-lhes as informações necessárias; detectando as falhas, sob o ponto de vista coletivo; a fase de elaboração, como sendo o espírito encarnado em constante evolução para transformar a realidade que se apresenta, com as falhas detectadas e as possíveis correções. Já a fase de implementação, significa superar velhos hábitos, despir-se de si mesmo e pensar que na escola não existe a conjugação na primeira pessoa; que todas as decisões devem ser democráticas e coletivas. Buscamos em Vasconcellos (2002.p 169) a definição doutrinária do Projeto Político Pedagógico:

É a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Importante destacar ainda que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9394/96, confere à escola importância ímpar para a elaboração e execução de sua proposta pedagógica em seu artigo 12, inciso I, diz que os

estabelecimentos de ensino terão a incumbência de “elaborar e executar a proposta pedagógica” (BRASIL,1996).

Neste contexto, a Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” ao elaborar o seu PPP, procedeu com o levantamento de várias situações problemas, dentre elas: a participação ineficiente de alguns pais na vida escolar de seus filhos; a necessidade de nova reforma na rede física da escola para melhor atender a comunidade escolar e, principalmente, o desinteresse dos alunos e familiares em participar do projeto “Aluno em Tempo Integral”, fato já observado no ano de 2013, que teve uma grande rotatividade dos alunos no referido projeto, não tendo o mesmo uma compreensão satisfatória por parte dos alunos e dos pais, mesmo tendo a equipe da escola empreendido esforços através de reuniões e encontros com os pais, enfatizando a importância do projeto.

Muito embora não sendo o projeto uma novidade na escola, tendo em vista que sua implantação ocorreu no ano de 2008 à 2012, por iniciativa da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, foi a partir de 2013 que o projeto da Escola Irmã Raimunda Marques passou a ser contemplado pelo “Mais Educação” do Ministério da Educação - MEC, com uma nova política de financiamento, ainda ineficiente.

Muitos foram os problemas detectados na Escola Estadual Irmã Raimunda Marques ao longo do funcionamento do projeto, denominado de PROETI (Projeto de Tempo Integral), desde a sua implantação em 2008, tanto pedagógicas, financeiras e, também, no que se refere aos “espaços” extramuros e espaços (locais) na comunidade em que a escola está inserida.

No entanto, há que se destacar que alguns experiências foram bem sucedidas, principalmente, no auxílio para sanar dificuldade na aprendizagem dos alunos, tanto em língua portuguesa, quanto em matemática, o que permitiu elevar a proficiência da escola e zerar o nível de baixo desempenho dos alunos nas avaliações externas realizadas pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

Para tanto, o projeto foi introduzido, inicialmente, sem nenhuma capacitação dos docentes, ou seja, o professor que estivesse em situação de excedência na escola, seria automaticamente remanejado para o atendimento ao projeto. O que implicou

em um não atendimento exigido na disposição legal que determinava as condições no que se refere ao “perfil” do professor que deveria atuar no referido projeto.

Assim, o presente trabalho pretende discutir o Projeto de Educação de Integral como realidade que se apresenta e, permitir que os envolvidos na educação se apropriem da ideia de Educação Integral na rede pública de Minas Gerais, em especial, na Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”.

Outro aspecto importante e que vamos trazer para a seara de nossa discussão diz respeito ao direito à educação, elencado em nossa Carta Magna de 1988, em seu artigo 205, como sendo a Educação um direito de todos e dever do Estado e da família, iremos também, compreender este Direito como sendo um direito social, expresso no artigo 6º da Constituição Federal, ambos abaixo transcritos:

Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Segundo Rios (2006, p.52), citada por Menezes (2012, p.139), a expressão “Educação Integral” constitui-se pleonasma, pois “ou a educação é integral ou ela não pode ser chamada de educação.”

Seguindo esse raciocínio ao escolhermos o eixo do Projeto Político Pedagógico “Estrutura Organizacional” e a subdivisão a “estrutura organizacional pedagógica”, tendo como parte integrante deste o projeto “Tempo Integral”, podemos de maneira coletiva ampliar nosso conhecimento sobre a política pública entorno do assunto, sendo dimensão pedagógica de grande relevância no nosso cotidiano. Por isso, pensamos o projeto “Tempo Integral” sendo não apenas a ampliação da carga horária do aluno na escola; pensamos o projeto no contexto de apoio pedagógico como intervenção para sanar as dificuldades detectadas; pensamos o projeto como espaço lúdico de aprendizagem para a vida, incluindo também hábitos de higiene e saúde.

Pensamos ainda o Projeto Tempo Integral de maneira significativa para quebrar paradigmas e superar uma visão de que o projeto deve ser voltado somente para alunos com dificuldade na aprendizagem, criando uma falsa visão de que os alunos que frequentam o projeto são os “alunos atrasados”. Se se assim pensamos, os projetos que estão ocorrendo dentro das escolas não estão passando de verdadeiros “bolsões de exclusão pedagógica”, que ao incluir o aluno no contra turno, acaba por criar um rótulo de aluno “incapaz”.

Importante superarmos a visão de que o projeto é apenas mais um espaço para o aluno fazer a tarefa de casa e brincar na quadra da escola. Como ainda, pensarmos o projeto como espaço e tempo escolares para uma formação integral e, para tanto, cobrar que seja implantada e/ou implementada uma política de financiamento mais real e justa para atender as demandas de cada escola, com liberdades de alteração das atividades, que se encontram inseridas no macro campos, que são previamente definidas pelo projeto “Mais Educação” e assim, permitir que a escola possa interligar as quatro áreas de conhecimento constantes no currículo da base nacional comum: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas e, conseqüentemente aumentando e diversificando as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas ao longo do ano.

Outro aspecto que merece destaque é a pouca ou quase nenhuma compreensão que os pais e os alunos têm do projeto. Para muitos pais, o projeto é visto como sendo uma “creche”, pois estes trabalham e não têm com quem deixar o aluno; para outros, o projeto é um reforço escolar e, nesta visão estreita, falta muito comprometimento com a assiduidade do educando, contribuindo para uma rotatividade de alunos no projeto.

Neste trabalho dedicaremos o primeiro capítulo ao histórico da Educação Integral; breve consideração sobre o surgimento do termo educação integral como experiências isoladas até a inclusão na Constituição Federal de 1988 e outros documentos. No capítulo dois faremos uma abordagem sobre a educação integral e a realidade que se apresenta nas escolas públicas. No terceiro capítulo faremos uma reflexão sobre a importância da Educação Integral como investimento social, cultural e político. Para derradeiro, propõe-se uma mudança no modelo de Educação Integral atual para um que valorize o profissional, com financiamento justo

em atendimento às realidades de cada instituição, visando otimizar os espaços da escola e da comunidade em que está inserida, para a partir daí se poder pensar em ensino de qualidade. Ressaltando que no ano de 2014, a direção e os professores do projeto buscaram parcerias para desenvolver as oficinas com os alunos, tendo em vista que o recurso que foi destinado no Termo de Compromisso para custeio não foi depositado na conta da Caixa Escolar.

1. BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO.

De acordo com os documentos publicados pelo Ministério da Educação, mais precisamente “Série Mais Educação – Texto referência para o debate nacional”, já existia no Brasil uma discussão sobre a Educação Integral, tendo como marco inicial a década de 30, com o Movimento Integralista Nacional defendendo uma Educação Integral para o Brasil, partindo suas referências dos escritos de Plínio Salgado que assim percebia a Educação integral:

[...] as bases dessa Educação Integral eram a espiritualidade, o nacionalismo cívico, a disciplina, fundamentos que, no contexto de suas ações, podem ser caracterizados como político-conservadores. Já para os anarquistas, na mesma década, a ênfase recaía sobre a igualdade, a autonomia e a liberdade humana, em uma clara opção política emancipadora. (BRASIL, 2009,p.17)

Ainda discorre o documento do MEC:

Anísio Teixeira, um dos mentores intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, pensando na implementação de um Sistema Público de Ensino para o país, propunha uma educação em que a escola “desse às crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia. (BRASIL, 2009, p.17)

Experimentando a sua ideia, em 1950, Anísio Teixeira, cria em Salvador, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, com atividades escolares no contra turno, que recebeu de seu criador o nome de “Escola-Parque”. Remonta ainda o documento que na década de 1960, com a fundação de Brasília, o então presidente da república, Juscelino Kubitschek convidou o Anísio Teixeira para coordenar a

comissão que estaria encarregada para a criação do Plano Humano de Brasília. A referida comissão, composta também por Darcy Ribeiro, Cyro dos Anjos e outros estudiosos, organizou o sistema Educacional da recém Capital Brasileira, com o fito de que, o mesmo serviria de modelo para o resto do país. Na mesma época, foi criada a Universidade de Brasília e o plano para a Educação Básica. O primeiro modelo de educação integral de Brasília, foi inspirado, segundo o mesmo documento do MEC, em um modelo existente em Salvador, Bahia (BRASIL,2009).

Em Brasília, as primeiras quatro superquadras, onde hoje está situado o centro histórico da cidade, receberam cada uma, uma “Escola-Classe” e Jardins de Infância. Na superquadra 308 Sul foi construído a “Escola-Parque” destinada a receber os alunos das “Escolas-Classe”, no turno complementar, para o desenvolvimento de atividades físicas, esportivas, artísticas e culturais. (BRASIL,2009,p.18)

Nos anos 80, foram criados os chamados Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs, na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido idealizados pelo antropólogo, escritor e político mineiro Darcy Ribeiro, durante os governos de Leonel Brizola, com estrutura para abrigar a “Escola Integral em horário integral”.

De acordo com o documento do MEC já citado, fica evidente que o tema Educação Integral sempre foi uma preocupação nas discussões, no entanto, foram experiências isoladas.

Essas experiências e concepções permitem afirmar que a Educação Integral se caracteriza pela ideia de uma formação “mais completa possível” para o ser humano, embora não haja consenso sobre o que se convencionou chamar de “formação completa” e, muito menos, sobre quais pressupostos e metodologias a constituiriam. Apesar dessa ausência de consenso, é possível afirmar que as concepções de Educação Integral, circulantes até o momento, fundamentam-se em princípios político-ideológicos diversos, porém, mantêm natureza semelhante, em termos de atividades educativas. (BRASIL, 2009,p.18)

Temos que, a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, na década de 90, o Brasil começa vislumbrar uma discussão sobre a Educação de forma mais ampla e ao mesmo tempo de forma mais local, pois, todos os entes federados, a partir de então, têm suas competências delimitadas no âmbito da Educação, podendo fazer mais, nunca menos do que fora positivado (BRASIL, 1988).

Muito embora, todos dos entes, tenham se esforçado em experiências significativas de educação integral, cada qual à sua maneira, somente a partir de 22 de julho de 2003, através do decreto 4.791/2003, foi feita organização estrutural regimental do MEC, sendo a Secretaria de Educação Básica, responsável pela educação infantil, fundamental e ensino médio, tendo como premissa a formação comum do cidadão, indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, é que o Brasil passa a ter uma diretriz do ente federado (União) com os demais entes (Estados e municípios) para uma política pública de Educação Integral, mais precisamente, do Projeto Tempo Integral, denominado pela Secretaria de Educação Básica de “Mais Educação” (BRASIL, 2009).

2. EDUCAÇÃO INTEGRAL: ESPAÇOS ESCOLARES INADEQUADOS

Outra questão bastante relevante sobre a ampliação da jornada escolar diz respeito aos espaços ofertados nas escolas públicas. Em Minas Gerais no ano de 2008, houve um direcionamento das atividades para a ampliação da jornada escolar, tal proposta chegou através do “Projeto Tempo Integral” nas escolas do interior do estado e um dos requisitos para que a escola pudesse ampliar a jornada escolar e ofertar o projeto passava pelo crivo de um espaço ocioso (sala) conforme o Ofício-Circular SPS nº 36, de 17 de setembro de 2007 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2007).

No entanto, poucas foram as escolas que puderam implantar o referido projeto no ano de 2008, pois a grande maioria não possuía um espaço ocioso no seu interior. Muitas foram às dificuldades encontradas pela escola para implantarem o projeto “Tempo Integral” e, dentre elas podemos destacar: desconhecimento por parte dos diretores; dos profissionais de modo geral e, principalmente, dos profissionais que iriam atuar no projeto sem nenhuma capacitação prévia. Percebe-se que faltou por parte da Secretaria Estadual de Educação uma discussão mais ampla sobre o projeto no interior das escolas e um esclarecimento para as comunidades que

seriam assistidas. Nos anos que se seguiram, a necessidade de um espaço ocioso foi suprida por qualquer outro espaço dentro da comunidade escolar, como tentativa de atrair mais escolas para o contexto de educação integral.

A visão inicial sobre o projeto “Tempo Integral” de que bastaria apenas um espaço físico ocioso na escola foi superado por novas demandas, dentre elas, a qualidade deste espaço físico.

Sabemos que a maior parte dos prédios escolares ainda não demanda de uma boa estrutura física, e muitas vezes, é a própria escola o melhor espaço ofertado dentro da comunidade, principalmente, das comunidades mais carentes.

Entendemos que a ampliação da jornada do aluno significa redimensionar todos os espaços do ambiente escolar e do entorno da escola em prol de uma aprendizagem significativa, mas não podemos perder de vista que é no espaço da escola que a identidade do aluno é mais latente. É no espaço escolar prazeroso que o aluno e seus familiares sentem-se mais seguros.

Pensar a educação integral requer, também, pensar os espaços físicos da escola, tendo em vista que um espaço bem organizado, arejado, limpo, salubre e bonito, colabora com a aprendizagem dos jovens e adolescentes. Um grande desafio que as escolas que possuem jornada ampliada enfrentam diz respeito à fragmentação entre os turnos e este é o desafio a ser vencido no ano 2015 pela Escola Estadual “Irmão Raimunda Marques”: integrar as atividades da jornada regular com a jornada ampliada, que acontece no contra turno da escola, independentemente dos espaços escolares, indo além do aumento quantitativo de horas escolares, mas aumentando a qualidade destas horas.

A escola pretende fazer um planejamento coletivo das atividades que serão desenvolvidas ao longo do ano, devendo estas, serem contempladas no PPP, através de um plano de ação que integre metas comuns, visando inclusive, uma avaliação conjunta dos professores do período regular com os professores que atuam na jornada do contra turno. Os problemas detectados relativos a infraestrutura da escola “Irmã Raimunda Marques” não foram contemplados quando a discussão do PPP no ano 2014, no entanto, a direção da escola e o Colegiado Escolar, juntos já haviam oficiado a Superintendência Regional de Ensino de Curvelo sobre as

condições da estrutura física que já não atendia às necessidades da comunidade, necessitando de uma reforma geral.

Muitos foram e são os desafios a serem superados, com a implementação do projeto “Tempo Integral”, dentro do Programa “Mais Educação” na Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”, houve necessidade de ampliar a discussão entorno de melhoria na estrutura física de todo o prédio, incluindo todos os espaços internos da escola. Quando da realização do Dia “D”, no ano de 2014, “Toda Comunidade Participando”, a equipe escolar ampliou o leque de discussão e passou a ouvir toda a comunidade escolar e na plenária todos os participantes manifestaram o desejo de nova reforma no prédio escolar, pois ressaltaram que a última reforma ocorreu no ano de 2004. Em um segundo momento, a equipe de professores e direção analisaram todas as propostas oriundas da assembleia e procederam com uma análise mais acurada à respeito do ambiente escolar dentro do turno regular e extraturno. De posse de todas as informações e dados coletados elaborou-se um documento de reivindicação a superintendência Regional de Ensino para as devidas providências e solicitação da disponibilização da Engenheira responsável para que a mesma comparecesse na escola. Tendo sido atendida no mês de julho de 2014, quando foram levantadas todas as demandas necessárias para adequação do espaço físico, em todo o prédio escolar.

No mês de novembro a Comissão realizou o Edital de Licitação, tendo sido homologado pela Superintendência Regional de Ensino. A Escola está aguardando liberação do recurso de R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) por parte da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais neste ano de 2015 e, tão logo seja liberado as obras serão iniciadas, o que irá além do compromisso de fazer as devidas modificações na estrutura física do prédio, será determinante para um trabalho pedagógico de qualidade no que se refere à ampliação da jornada escolar. A reforma irá contemplar uma adequação da cantina às normas de vigilância sanitária; os banheiros serão reformados com ênfase na parte hidráulica, contribuindo assim, para que não haja desperdício de água nas torneiras e válvulas de descarga; as salas de aulas terão janelas trocadas, aumentando a segurança; a quadra poliesportiva terá novos equipamentos esportivos e pintura nova, todo o piso da escola será trocado, os espaços que ainda não possuem calçamento serão atendidos e, a escola, de modo geral, ganhará nova pintura.

Assim, acreditamos que vamos fazer, após a reforma dos espaços escolares, uma melhoria na qualidade das horas aulas nos dois turnos da escola e, conseqüentemente, no rendimento escolar dos nossos alunos, acreditando que ações planejadas para o ano de 2013, reformuladas para o ano de 2014, já contempladas no PPP quando finalmente serão consolidadas em 2015, no projeto “Tempo Integral”.

3. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Este tópico sobre o financiamento da Educação no Brasil foi explorado na sala de aprendizagem - PGE – POLÍTICAS E GESTÃO NA EDUCAÇÃO, na atividade 02, com a seguinte abordagem.

Após análise do Plano Nacional de Educação, mais precisamente no Eixo VII, que trata do financiamento da educação, gestão, transparência e controle social dos recursos, percebemos que após a Constituição Federal de 1988 o Brasil vem avançando no que se refere ao financiamento da educação pública, no entanto, ainda permanece bastante distante do ideal para uma educação de qualidade se compararmos aos montantes dos recursos aplicados nos países de primeiro mundo. (ESCOLA de GESTORES, 2014)

Segundo relatório divulgado na data de 09/09/2014 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil aumentou o total de verbas destinadas à Educação nos últimos anos, mas, no entanto, o gasto por aluno no país equivale à 1/3 (um terço) do investimento aplicado nos países desenvolvidos.

Segundo dados do mesmo relatório o gasto público destinado ao discente brasileiro no ano de 2011 foi de dois mil, novecentos e oitenta e cinco dólares (US\$ 2,985,00), o que corresponde em reais à R\$ 6.789,00 (seis mil, setecentos e oitenta e nove reais).

O estudo/relatório apontou que o gasto com o aluno nos países desenvolvidos é de oito mil, novecentos e cinquenta e dois dólares (US\$ 8.952,00), equivalente à R\$ 20.360,00 (vinte mil, trezentos e sessenta reais).

Infelizmente o Brasil aparece no relatório somente à frente da Indonésia, numa relação de 34 países que compõem a Organização.

Mesmo alçando uma posição de destaque “negativo”, um dado relevante no mesmo relatório diz respeito ao aumento dos recursos destinados à Educação, ficando o Brasil com um índice de 19% de investimento na área, enquanto a média dos demais países foi de 13%.

Segundo o Presidente do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), professor José Francisco Soares, o Brasil gastava muito recurso público com o ensino superior apontando que antes do ano 2000 o gasto com o ensino superior era 11 vezes maior que a educação básica e que esta relação se inverteu, sendo atualmente entorno de 3,7% (BRASIL, 2009).

Observando as diretrizes mencionadas no Plano Nacional de Educação para que o país atinja um patamar razoável em Educação, é necessário eliminar as diferenças internas regionais e, para tanto, foram criados mecanismos de investimentos como o **FUNDEF** e o **FUNDEB**. Necessário ainda elevar a participação no PIP- Produto Interno Bruto, hoje em 10%. No entanto, um dado recente e relevante que talvez venha a somar de maneira substancial para que o país atinja um percentual de recursos desejáveis na educação pública são os valores (royalties) que serão advindos do pré-sal, elevando assim, o índice de participação da união nos gastos com a Educação Pública, uma vez que o índice de vinculação de 18% para a União e 25% para os municípios ainda não são suficientes para garantir ou diminuir todas as demandas educacionais (BRASIL, 2007).

Outro desafio que necessita ser superado são os mecanismos de controle e fiscalização dos recursos públicos que ainda estão longe do ideal, com um desempenho ainda bastante tímido. O Brasil ainda necessita vencer o desafio da corrupção e, sendo um país continental a fiscalização central torna-se inócua e muitas vezes permissiva.

Um ganho para a sociedade foi a Lei Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), que veio como um instrumento de controle sobre o uso inadequado dos recursos públicos, embora muitos gestores governadores e prefeitos ainda permanecem com o vício da malversação dos recursos, no entanto a sociedade civil organizada em CONSELHOS MUNCIPAIS, COLEGIADOS, ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRE, Ministério Público, Tribunais de Contas e outros, já conseguiram, mesmo que timidamente, mediante suspeitas ou irregularidades promoverem denúncias que acarretaram em cassação ou impediram os corruptos de retornarem aos cargos públicos.

Os recursos destinados à Educação são também e, principalmente, responsabilidades dos gestores escolares, pois estes são responsáveis pela administração das Caixas Escolares e, para tanto, devem aplicar os recursos com probidade, tendo como fincas a boa qualidade da Educação oferta pela instituição escolar. Os recursos recebidos através da Secretaria de Estado ou do FNDE precisam ser aplicados em consonância com a Legislação. O financiamento para manutenção e custeio para do Projeto “Tempo Integral”, também está longe de ser o ideal. Quando da discussão do PPP no ano 2014, encontramos imensa dificuldade para elaboração que contemplasse todas as atividades do “Tempo Integral”, tendo em vista que a escola “Irmã Raimunda Marques” aderiu ao programa “Mais Educação” no ano de 2013, não tendo recebido os recursos previamente pactuados de acordo com as oficinas pedagógicas selecionadas para o ano de 2014. Foram realizadas atividades com os repasses oriundos apenas da Secretaria de Educação de Minas Gerais.

Tomemos por base os valores que foram destinados pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – ano letivo de 2014, para atender 02 (duas) turmas, num total de 50 alunos, relativos à alimentação destes, incluindo almoço, sobremesa e lanche. Valor de R\$10. 600,00 (dez mil e seiscentos reais).

Foi assinado termo de compromisso para consumo no ano letivo de 2014, no entanto, a verba não foi creditada na conta a Caixa Escolar, o que dificultou o desempenho nas oficinas pedagógicas, ou seja, não foi possível adquirir todo o material necessário para as referidas oficinas; as mesmas foram realizadas pelo esforço da direção e dos professores do projeto, com recursos próprios.

O recurso do “Mais Educação”, previsto para 2013, só foi creditado na conta no ano de 2014, tendo sido adquiridos todos os bens de consumo e capital de acordo com os macro campos definidos e as atividades selecionadas (OFICINAS) pela comunidade escolar, termo de compromisso de nº 771751/2014, no valor de R\$ 14.250,00 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais).

No ano de 2014, houve redefinição nos macro campos selecionados pela escola em 2013, para ajustar às novas determinações emanadas pela Secretaria de Educação Básica e pela Diretoria de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação.

De acordo com o manual operacional de Educação Integral (BRASIL, 2014), a escola teria de priorizar 4 (quatro) macro campos para desenvolver 05 (cinco) atividades e, conseqüentemente, aplicar os recursos destinados para as oficinas, sendo:

- a) Acompanhamento pedagógico: orientação de estudos e leitura;
- b) Comunicação: uso de mídias e cultura digital e tecnológica: jornal escolar e história em quadrinhos;
- c) Educação ambiental, desenvolvimento sustentável e economia solidária e criativa/ educação econômica (educação financeira): horta escolar.
- d) Esporte e lazer: xadrez tradicional

Importante destacar que o macro campo “acompanhamento pedagógico” é obrigatório com uma atividade: orientação de estudos e leitura, contemplando áreas do conhecimento, tais como: alfabetização, matemática, história, ciências, geografia, língua estrangeira e outras, tendo como objetivo precípua a articulação entre o currículo e as atividades propostas pela Mais Educação.

No final do ano de 2014 foi realizado edital para aquisição dos materiais de custeio e capital e os mesmos se encontram guardados nos depósitos da Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”, com aplicabilidade pedagógica nas turmas do projeto “Tempo Integral” do ano de 2015.

Foram adquiridos jogos pedagógicos que irão auxiliar as oficinas de orientação de estudos e leitura. A escola “Irmã Raimunda Marques” introduziu há alguns anos o Xadrez tradicional na disciplina de Educação Física, no turno regular e, tendo em vista que o jogo de xadrez auxilia na concentração e raciocínio dos alunos, os professores do projeto estenderam sua prática para o contraturno no projeto “Tempo Integral”.

A prática da confecção da horta escolar também já vinha sendo desenvolvida na escola “Irmã Raimunda Marques”, no entanto, de maneira precária, sem as ferramentas, insumos e demais objetos necessários para que os alunos pudessem entender todo o processo, desde o preparo da terra até a colheita. Com a aquisição dos materiais, a horta escolar servirá de um excelente laboratório para desenvolver experiências dentro de várias disciplinas, como por exemplo, em matemática e ciências de forma interdisciplinar, quando os professores poderão explorar formas, medidas, perímetro, área, formação do solo, compostagem e germinação e outros. Também serão priorizadas as oficinas voltadas para a criação e exploração de histórias em quadrinhos e confecção do jornal escolar, com ênfase em leitura e ortografia.

Como já observado, os recursos para atender as demandas de uma Educação Integral ainda deixam muito a desejar, levando a própria escola por iniciativa própria a buscar parcerias com a iniciativa privada.

Nos anos anteriores, a Escola “Irmã Raimunda Marques”, contou com algumas parcerias de pessoas físicas, que ministraram oficinas de Karatê, pintura, capoeira e futebol de salão.

No final do ano de 2014, a escola foi procurada pela Fundação Vallourec, pois a direção da escola sempre manteve um bom relacionamento com os funcionários da empresa, quando soube que a Fundação estava visitando algumas escolas estaduais e municipais da periferia da cidade de Curvelo, com a finalidade de desenvolver projetos através de voluntários. A Escola “Irmã Raimunda Marques”, imediatamente se prontificou e recebeu visita de alguns funcionários da Fundação para prestar todas as informações de que necessitavam, porém, deveria aguardar qual escola seria escolhida pelo grupo na cidade de Curvelo/MG.

Já neste ano de 2015, a equipe da Fundação Vallourec retornou informando que a Escola “Irmã Raimunda Marques” foi, dentre todas, a escolhida para desenvolver o projeto piloto de voluntariado na Jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Curvelo. Esta é primeira vez que a escola formaliza uma parceria com a iniciativa privada- pessoa jurídica dentro do sistema de voluntariado.

No mês de março, a Fundação iniciará o diagnóstico com a comunidade atendida pela escola; em seguida, fará o diagnóstico com toda a equipe de profissionais da escola. De posse do diagnóstico, a Fundação irá decidir em qual área irá desenvolver o voluntariado na escola, com ênfase no pedagógico da escola, visando melhoria do desempenho no processo de aprendizagem dos alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em se tratando de **EDUCAÇÃO**, a primeira palavra que vem à mente de qualquer pessoa é **ESCOLA**. Talvez pela ampla dimensão e forte influência que domina a busca pelo conhecimento através da “educação formal, sistematizada e estruturada” nas e das instituições voltadas ao processo de “ensinagem” que, historicamente, está intrínseco nas instituições escolares.

Assim, é a escola a instituição responsável pelo processo de ensino-aprendizagem de crianças, adolescentes e adultos e, no seu interior ocorrem situações que sempre chamam a atenção e que devem ser pensadas como sendo resultado de “*culturas e comportamentos*” que cada um traz para o convívio escolar todos os dias, incluindo alunos, pais, profissionais e gestores. São conflitos que os denominamos de “conflitos existenciais institucionais” que podem interferir diretamente nos resultados, sejam eles qualitativos ou quantitativos dentro das escolas e, principalmente, no sistema público de ensino. Sendo a Educação um Direito Social assegurado na Constituição Brasileira para todo e qualquer cidadão e, um dever do Estado e da família, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Básica procedeu com a ampliação da jornada escolar através do Projeto “Mais Educação” em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais em todo o território brasileiro. O que se tem verificado através dos estudos realizados pelo próprio Ministério da Educação é a inexistência de um modelo central de Educação Integral, pois todas as experiências registradas corroboram para uma longa discussão em torno da “Educação integral” num sentido mais amplo de educação, indo além dos currículos e conteúdos previamente estabelecidos e, sendo a Educação Integral mais do que uma mera ampliação da jornada escolar; uma ação estratégica voltada para a garantia da atenção e do desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

Outras disposições infraconstitucionais também disciplinam a Educação Integral, para tanto a Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei 9394/96) e Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) também preconizam a obrigatoriedade do acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola. (ESCOLA de GESTORES, 2014)

Porém, muitos são os desafios a que se apresentam para a efetivação plena de um modelo de Educação Integral em todo o país, devendo, inicialmente, serem superadas as grandes desigualdades sociais e econômicas existentes entre as regiões brasileiras, estados e municípios, o que implica numa política pública de financiamento diferenciada. Neste aspecto o Brasil já está iniciando nas últimas décadas com uma política mais “justa” voltada para o atendimento integral, alocando mais recursos nas áreas de maior vulnerabilidade social e nas escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB). Com a criação do FUNDEB que ampliou-se as possibilidades de oferta de Educação Integral ao diferenciar os coeficientes de remuneração das matrículas para além da modalidade e etapa da educação básica, mas também para ampliação da jornada Escolar – Educação Integral (Lei 11.494/2007)

Outro desafio diz respeito à duração da extensão da ampliação da jornada (número de horas e dias letivos).

Temos ainda como grande desafio a ampliação da jornada – Educação integral, os espaços escolares pouco adequados às necessidades reais de cada escola e das atividades a serem desenvolvidas. A maioria das escolas não possui uma infraestrutura boa, deixando a desejar. Temos como exemplo, o prédio da Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” que não foi projetado para ser uma escola. O prédio foi construído para guardar o estoque do material de construção quando iniciaram as obras da construção das casas da COHAB- Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais. Para tanto, muitas foram as adaptações realizadas, mas que deixam muito a desejar.

Tarefa difícil enfrentada pelas escolas é a articulação dos espaços escolares e com os espaços não escolares, pois muitas vezes, o melhor espaço, mesmo que precário de uma comunidade, é justamente o espaço da escola.

Temos ainda a formação deficitária dos profissionais para atuarem em Educação Integral; faltam financiamentos e parcerias com a iniciativa privada, e melhoria da rede física das escolas. Há muito que aguardar para a efetivação de fato da Educação Integral, principalmente, quando as instituições escolares planejam suas ações dentro de um cronograma de atividades pedagógicas, considerando o tempo e os espaços escolares de acordo com suas necessidades próprias e encontram

obstáculos relativos aos repasses financeiros, que estão aquém da demanda, atrasos na liberação do crédito nas contas das caixas escolares, contribuem para prejuízos nas ações pedagógicas das escolas, dentre elas podemos destacar: ausência de uma boa discussão do PPP, que permitiria um planejamento mais coletivo das ações nos dois turnos da escola, melhoria na articulação do processo ensino aprendizagem, busca de mais cursos de formação para os professores que atuam no projeto, incentivo governamental para parcerias com a iniciativa privada.

Finalizando, temos que a Educação integral é, sem dúvida, uma estratégia fantástica para efetivar a Educação como um direito social, no entanto, este é um paradoxo existente na maioria das instituições brasileiras: uma educação real distante da educação ideal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Acesso em: 10/02/2015.

BRASIL, **Lei 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14/02/2015.

BRASIL, **Lei 11494/2007**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm. Acesso em: 15/02/2015.

BRASIL (2009), **Plano Nacional de Educação**, Eixo VII

BRASIL, **Lei 8.069/1990**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 17/02/2015.

BRASIL, (2009) SECAD, **Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira**. Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil.

BRASIL, (2000) **Lei Responsabilidade Fiscal (complementar nº 101)**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 16/02/2015

BRASIL, (2003) Decreto 4.791 de 22 de julho de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências.

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO, Relatório da OCDE confirma efeitos negativos da crise sobre a Educação,(2014). Disponível em: <http://www.fne.pt/content/item/show/id/6752>. Acesso em: 10/02/2015.

MENEZES, J. S. S. Educação em tempo integral: direito e financiamento. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 45, p. jul./set. 2012. 2012.

MINAS GERAIS, (2007) **Ofício circular SPS** n. 36, 17 de set. de 2007, Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO(OCDE), Education at a Glance, (2014). Disponível em: <http://eduprofs.blogspot.com.br/2014/09/relatorio-da-ocde-2014.html>. Acesso em: 11/02/2015.

RIOS, Terezinha Azeredo. Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2006

VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico. São Paulo: Liberta, 2002.

6. ANEXO: Projeto Político Pedagógico



ESCOLA ESTADUAL “IRMÃ RAIMUNDA MARQUES”.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ELISABETH DA ANUNCIAÇÃO AMORIM

ELIZETE ALVES MATOSO

ROSIMEIRE MARIA DOS REIS

VALÉRIA MASUMI YUKAWA YOSHINAGA

CURVELO, 2014

ESCOLA ESTADUAL “IRMÃ RAIMUNDA MARQUES”.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Adriana Andrade Gonçalves do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CURVELO, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. FINALIDADES DA ESCOLA	9
1.1 – OBJETIVO GERAL	10
1.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10.
1.3 – PRINCÍPIOS	11
1.4 – MISSÃO DA ESCOLA	12
1.5 – VISÃO DA ESCOLA	12
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA	13
2.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA:	13
2.1.1 - Recursos Humanos	14
2.1.2 - Espaço Físico, Arquitetura do Prédio, Equipamentos e Mobiliário	16
2.1.3 - Recursos Financeiros	17
2.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA:	17
2.2.1 - Conselho de Classe	19
2.2.2 - Plano de Ensino	20
2.2.3 - Plano de Aula	21
2.2.4 - Plano de Intervenção Pedagógico	22
2.2.5 – Projetos	21
2.2.6 – Metodologia privilegiada pela escola	22
3. CURRÍCULO.....	23
3.1 DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	25
3.2 DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.....	25

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	29
4.1 DO CALENDÁRIO ESCOLAR.....	29
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	33
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	36
7. AVALIAÇÃO	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO	48

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” está localizada na Avenida Esperança –540 – Bairro Esperança. Telefone: (38) 3721 –1944, área urbana da cidade de Curvelo/MG - CEP: 35.790-000. A escola é de responsabilidade do Governo do Estado de Minas Gerais, estando sob a jurisdição da Secretaria de Estado de Educação. Superintendência Regional de Ensino – Curvelo. A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” atende o nível Ensino Fundamental: Anos Finais (6º ao 9º anos) e modalidade de ensino: regular, sendo atualmente sua gestora a Diretora Elizete Alves Matoso – MASP: 389.541-4. Telefone: (38) 8815-8261 CURVELO/MG, 25 de abril de 2014. O Projeto Político Pedagógico da escola é um caminhar para o futuro, no qual se tem a oportunidade de repensar ações, as quais permitem entender melhor as possibilidades de mudanças, organizar melhor a prática educativa voltada à participação de todos.

O processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos. (AZEVEDO p.2).

O Projeto Político Pedagógico, aqui consolidado, é o resultado do trabalho coletivo de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem: direção, professores, equipe pedagógica, pais, alunos e comunidade local. A Escola expressa a preocupação e o compromisso da comunidade escolar, em pensar na melhoria de da educação no sentido de ir de encontro às necessidades sociais e históricas, que caracterizam a sociedade na atualidade. Nesta perspectiva a escola deve ser compreendida como um espaço de formação social, necessário para produção e disseminação do conhecimento, por meio da discussão e reflexão entre a teoria estudada e a prática almejada, possibilitando assim que os envolvidos expressem suas necessidades e anseios, redefinindo o compromisso da comunidade escolar.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), a escola pública tem a tarefa de atender a todos com qualidade, garantindo o domínio

do conhecimento científico, interagindo com experiências reais de vida preparando os para viver em sociedade. Para que isso realmente aconteça, precisa-se da constante reflexão sobre o trabalho pedagógico da escola aliado a realidade social vivenciada. Para melhor cumprimento do seu papel, é preciso que a Escola seja repensada na forma de sua organização, tanto pedagógica quanto administrativa, começando pela gestão das práticas educacionais; a gestão de pessoas; gestão de recursos, gestão participativa, e desse modo passa à criar sua própria identidade como e enquanto escola.

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” criada pelo decreto nº 17.922, de 25 de maio de 1976, no governo do senhor Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, passando a funcionar como unidade autônoma de 1ª à 4ª série deixando a condição de classes anexas da Escola Estadual “Eurípedes de Paula”. Em 25 de janeiro de 1985, por ato do então governador de estado, Hélio Carvalho Garcia e o secretário de educação, Otávio Elísio Alves de Brito, foi criada a extensão de 5ª série e demais séries nos anos subsequentes (resolução nº 5554/85).

O nome dado à Escola de “Irmã Raimunda Marques” é uma homenagem à freira e educadora da “Congregação Clarissa Franciscana Missionária do Santíssimo Sacramento” nascida aos 10 de março de 1921, em Curvelo. Era filha de Doutor Alú Marques e dona Raimunda de Souza Marques. No ano de 2004, a escola sofreu alteração em sua área, foi feita doação pela COHAB (companhia de habitação de Minas Gerais), após um trabalho árduo da direção e de toda a comunidade escolar, o que elevou a área para 4.432,5 metros, já averbada no cartório de registro de imóveis da Comarca de Curvelo/MG. Em 2006, foram feitas novas salas de aulas, inclusive, com a criação da biblioteca/videoteca, bem como, um novo muro para resguardar o patrimônio escolar.

A escola funciona em prédio próprio, onde ministra o Ensino Fundamental (anos finais), com nove salas de aulas, biblioteca, sala de vídeo, precário laboratório de informática, amplos banheiros masculino e feminino, com banheiro exclusivo para cadeirante; ampla cantina, refeitório, depósitos de material de limpeza e gêneros alimentícios; quadra coberta, ampla sala de professores, secretaria, sala de direção e área para cultivo de horta escolar. A escola localiza-se na Avenida Esperança – 540 – bairro Esperança - Curvelo/MG.

Atende a uma clientela bastante homogênea, prevalecendo um nível socioeconômico baixo, sendo que a maioria dos alunos estão cadastrados nos programas sociais do governo, com destaque para o Programa Federal - “Bolsa Família”. A escola está em área periférica da cidade e recebe alunos dos bairros: Esperança, Cidade Nova, Residencial Campestre, Nova Vista e alguns alunos da zona rural de Curvelo.

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”, como centro educacional está voltado para o desenvolvimento global do educando, tendo como ponto norteador do trabalho pedagógico e a ação coletiva.

Assim, procura sempre dialogar com todos os segmentos: direção, equipe pedagógica, professores e demais funcionários, pais, alunos e comunidade escolar numa ação conjunta na busca de um ensino que promova a qualidade na educação, no crescimento dos profissionais, na integração Escola / Comunidade e aplicação dos recursos financeiros para o bem comum, como afirma Dourado (2010, p.6).

A qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem das crianças, etc.

A escola oferece o Ensino Fundamental anos finais 6º ao 9º ano, onde todos envolvidos no PPP comprometem-se com uma educação de qualidade, proporcionando uma interação social aos educandos.

A escola desenvolve também um trabalho educativo de inclusão, no qual reconhece e valoriza as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo suas diferenças e necessidades específicas.

A comunidade tornou-se bastante participativa, principalmente nas oficinas desenvolvidas dentro do Projeto “Escola Viva, Comunidade Ativa” da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Tendo sido muito proveitosas todas as oficinas ofertadas, com grande destaque para as oficinas: curso completo de garçom, Babá, LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e Pintura em seda.

Ao realizar o Projeto Político Pedagógico, todos os participantes têm a oportunidade de diagnosticar os problemas que afetam a escola, pois eles conhecem melhor a realidade da comunidade onde a escola está inserida, ressignificam seus saberes, traçam metas reais. Esse processo de reconhecimento de necessidades define as ações institucionais e com mais clareza suas metas. Faz com que a gestão atue de forma mais eficiente no desenvolvimento dos envolvidos e conduzam melhor sua gestão. É o caráter democrático de gestão se fazendo necessário, deixando clara a importância de sua efetivação.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação escolar tem como finalidade o desenvolvimento humano de forma a propiciar-lhe a aplicação de conhecimentos e habilidades desenvolvidos durante sua formação nas instituições de ensino como relata Curry (2007, p.6):

Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar sine quanon a fim de poder alargar o campo e o horizonte destes e de novos conhecimentos.

O fazer escolar só se concretiza quando o cidadão é capaz de atuar no meio em que vive de forma autônoma, modificando positivamente a realidade na qual se insere.

Nisso consiste a educação de qualidade: um padrão de ensino que possibilite ao aluno desenvolver-se integralmente para sua vivência em sociedade.

A escola, diante desse papel de grande responsabilidade no desenvolvimento humano, necessita estruturar-se para o atendimento da sua missão. É nesse sentido que a instituição escolar Irmã Raimunda Marques desenvolve suas atividades educativas.

Estrutura-se sob o diagnóstico da realidade vivida pelos envolvidos no processo educativo e assenta suas atividades nas necessidades formativas apresentadas por sua clientela.

A escola persegue finalidades. É importante ressaltar que os educadores precisam ter clareza das finalidades de sua escola. Para tanto há necessidade de se refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela define. As finalidades da escola referem-se aos efeitos intencionalmente pretendidos e almejados (ALVES, 1992, p.19).

Nesse sentido elabora e reelabora suas atividades a fim de modificar a realidade dos seus discentes, possibilitando-os crescimento intelectual, social e humano.

1.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver uma Educação de qualidade aos alunos dos anos finais do Ensino

Fundamental, assegurando-lhes meios necessários para a consolidação das competências em cada série/ano de estudo.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Assegurar aos alunos uma aprendizagem significativa e de qualidade;

Assegurar e implementar o Plano de Intervenção Pedagógico;

Promover a recuperação paralela sempre que detectar o não aprendizado do aluno

Promover a recuperação bimestral nas mesmas condições do item anterior;

Melhorar cada vez mais de forma significativa o nível de aprendizagem dos alunos em todos os conteúdos de acordo com o CBC;

Assegurar o domínio de conteúdo básico de aprendizagens conceituais, procedimentais e atitudinais:

Integrar escolar/família/comunidade;

Realizar eventos culturais contribuindo para a formação cultural dos alunos e da comunidade escolar;

Melhorar a leitura, linguagem oral, interpretação, produção de texto e raciocínio lógico matemático;

Promover o fortalecimento dos vínculos de família de laços de solidariedade humana e tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

Capacitar de forma contínua os professores assegurando-lhes uma prática pedagógica que promova a aprendizagem dos alunos;

Globalizar o ensino, atendendo o desenvolvimento físico, mental, emocional, e social;

Promover uma escola democrática, participativa, voltada para o coletivo;

Aplicar os recursos financeiros advindos da SEE e governo federal com transparência para o desenvolvimento do aluno;

Usar da autonomia para o sucesso do trabalho e crescimento da instituição escolar sem ferir as leis e;

Promover a inclusão de acordo com a legislação vigente.

1.3 – PRINCÍPIOS

O Projeto Político Pedagógico fundamenta-se nos princípios gerais que norteiam todas as ações administrativas, pedagógicas, financeiras e jurídicas da escola. Tem por fundamento básico as metas de trabalho e os projetos pedagógicos, para que a comunidade escolar assimile ativamente os conhecimentos e adquira convicções de solidariedade, respeito e igualdade entre os seres humanos, assim como hábitos de convivência. As metas levantadas nascem do movimento de ação/reflexão/ação que estão em constante construção.

O Projeto Político Pedagógico é um trabalho construído e vivenciado em todos os momentos e por todos envolvidos no processo educacional como afirma Veiga (2002,p.2):

Nesta perspectiva, as decisões centralizadas no diretor cedem lugar a um processo de fortalecimento da função social da escola por meio de um trabalho coletivo entre todos os segmentos da escola e destes com a comunidade. É necessária a sua alteração constante, considerando a importância das transformações no coletivo da escola e percebendo a necessidade de implementar o

Projeto Político Pedagógico, acompanhando as inovações que fundamentam os princípios teóricos que dão suporte para renovação da Prática Pedagógica, bem como, para atender as legislações vigentes emanadas pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

O PPP expressa à visão, a missão e os objetivos da instituição, que vão se realizando à medida que as pessoas vivem o dia a dia da escola. É um fazer diário.

1.4 MISSÃO DA ESCOLA

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”, deve contemplar e desenvolver uma Educação de qualidade, possibilitando ao aluno o domínio e desenvolvimento das aptidões e habilidades de leitura, escrita e cálculos, num processo de produção e de apropriação do conhecimento. Contribuindo para a formação de alunos aptos a prosseguirem os estudos, o que inclui as habilidades e competências ao término dos nove anos do Ensino Fundamental. Proporciona também, práticas relativas às questões sociais, aprendendo a respeitar e ser respeitado, com atitudes de tolerância social e inclusão.

1.5 VISÃO DA ESCOLA

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” fornece uma Educação de qualidade na modalidade Ensino regular e propõe aos concluintes do Ensino Fundamental consolidação das habilidades e competências para que os mesmos possam ser cidadãos competentes e responsáveis para prosseguir os estudos.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”, segue as orientações da Secretaria de Estado de Educação e Superintendência Regional de Ensino para desenvolver suas atividades e ações, em consonância com a realidade diagnosticada na comunidade onde a escola está inserida, assim realiza um trabalho com comprometimento, coerência e transparência nas áreas administrativa, pedagógica e financeira.

2.1- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA:

A escola está atualmente sob a direção da professora, Elizete Alves Matoso, formada em Estudos Sociais e Direito, com Especialização em Direito Ambiental e Libras. A mesma cumpre a carga horária de 40 horas semanais. A diretora conhece bem as necessidades da comunidade onde a escola está inserida, apresenta um ótimo relacionamento com sua equipe, pais, alunos e comunidade escolar.

Desenvolve sua função com muita democracia e transparência e está sempre em busca de atualizar seus conhecimentos.

Na gestão de pessoas, para a mesma pressupõe a definição de papéis e das atribuições de cada servidor, em busca da harmonia do ambiente escolar e do alcance das metas estabelecidas.

Compete ao Diretor Escolar, em consonância com a Lei de Diretrizes e bases da Educação - LDB, as seguintes funções: cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as diretrizes das autoridades superiores, transmitir as diretrizes e discutir conjuntamente com seus servidores a estratégia a ser adotada no desenvolvimento dos trabalhos dentre outros.

O diretor, além das decisões conjuntas, deverá dividir atribuições comuns e responsabilidades, tendo em vista a melhoria do padrão de qualidade da aprendizagem dos alunos e, portanto da educação como um todo. Fato evidenciado por Tessarin (ano 2007, p.28):

O compromisso para o exercício de seu cargo, com as competências e atribuições inerentes ao mesmo, acompanhados da responsabilidade de um líder voltado para a comunidade, seguramente terá uma gestão articuladora que promoverá a qualidade da educação e a cidadania correspondente.

2.1.1 Recursos Humanos

A escola conta com uma equipe de docentes capacitados para cada área de atuação. A equipe pedagógica e administrativa da escola compreende o papel dos docentes como um facilitador da aprendizagem e é ele que detém o poder de coordenação, organização, articulação problematização e sistematização das relações educativas.

Durante o ano letivo sempre há interação, articulação e trabalho em equipe entre os professores. Os planos de ensino, planejamentos e projetos sempre são planejados em consonância com a legislação vigente e sempre visando atender as principais dificuldades dos alunos.

A carga horária dos docentes são 16 horas de regime básico e 8 horas de horas de atividades extraclasse. Todos os docentes da escola possuem Graduação Superior específica a cada área de disciplina ministrada, sendo em sua maioria professores concursados – efetivos.

As atribuições dos docentes estão em consonância com o Estatuto do Servidor – Lei 869/57 e Lei 7.109/77, bem como em consonância com o Regimento Interno. Dentre as atribuições dos docentes, destaca-se: manter registro de frequência diária dos alunos, manter atualizada a escrituração dos diários de classe, zelar pela disciplina em sala de aula, participar de reuniões administrativo-pedagógicas, planejar, executar e avaliar sistematicamente a ação pedagógica, organizar, executar e divulgar as pesquisas e experiências pedagógicas com os demais colegas e Direção, executar o trabalho docente, colaborando na elaboração de instrumentos avaliativos e sua aplicação, fazendo o estudo e o registro dos resultados. Fazer e executar os planejamentos diários em consonância com o Projeto político-pedagógico no Plano de trabalho, no Plano de Intervenção Pedagógico, e aplicar as provas externas, matriz de referências, planejamentos de acordo com o Currículo Básico Comum, participar de cursos, oficinas e palestras dentre outros expresso no Regimento Escolar.

Na área Administrativa trabalham a Diretora, 01 (uma) secretária, responsável por todo o processo de escrita dos alunos, vida funcional dos servidores da escola, assessorar a Direção na execução dos relatórios de pagamentos, avaliação de desempenho e no SIMADE – Sistema Mineiro de Administração Escolar, dentre outros. 01 (um) professor com apostilamento em Ajustamento Funcional na função de Assistente da Educação Básica (ATB) que tem como responsabilidade todo serviço relacionado à escrituração escolar dos discentes e auxilia na confecção de contagem de tempo para a pasta funcional de servidores e ex servidores da escola, responsável pelo patrimônio da escola, auxilia no acompanhamento da frequência dos alunos do Projeto Tempo Integral e outras, perfazendo uma jornada semanal de 40 horas por semana, possuindo formação Superior e curso de computação. A escola compartilha com outras 02 (duas) escolas 01 (um) Assistente da Educação Básica Financeira que auxilia a Direção uma vez por semana no que se refere às finanças da escola; 01 (uma) especialista, que desempenha a função de

acompanhamento pedagógico dos professores, auxilia na reunião de módulo II e demais atribuições pertinentes do cargo.

No ano de 2014, a escola sofreu o impacto na redução do quadro de servidores no que se refere à área administrativa, como sequência da municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Conta com 03 (três) Auxiliares da Educação Básica que cuidam da alimentação, portaria e limpeza da escola, incluindo 01 (uma) auxiliar para os alunos do Tempo Integral. As funções são: realizar a merenda escolar com higiene e zelo, limpeza das salas de aula, banheiros, corredores e demais dependências da escola e manter controle da entrada e saída das pessoas. Importante destacar que apenas 01 (uma) Auxiliar da Educação Básica é responsável pela confecção da merenda e almoço e lanche do Tempo Integral, estando, pois em consonância com as normas de Higiene da Vigilância Sanitária, as outras duas servidoras ficam para limpeza da escola de modo geral. A biblioteca funciona com horários pré agendados (dias e horários por semana) para atender todos os professores das diversas áreas, sendo uma professora em ajustamento funcional na função “ad hoc” de “professor em uso de Biblioteca”.

2.1.2 - Espaço Físico, Arquitetura do Prédio, Equipamentos e Mobiliário

O prédio da Escola está necessitando de novas reformas, tendo sido enviada planilha para a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, solicitando nova pintura e algumas modificações em sua estrutura física, todas advindas do uso e do tempo, pois a comunidade escolar já é consciente de que a escola é um “bem” de todos, tendo carinho, respeito e cuidados no trato da coisa pública. De modo geral a estrutura física da escola é boa. As salas possuem um bom tamanho, com carteiras, cadeiras apropriadas, armário para guardar materiais e quadro verde e ventilador.

Existem várias dependências sendo elas: 01 (uma) biblioteca com a maioria dos livros catalogados, 09 (nove) salas de aula, 01 (uma) sala ampla para os professores com geladeira e banheiro masculino e feminino, 01 (uma) secretaria que atende bem a demanda de serviços com banheiro, informatizada e máquina Xerox, sala da direção, com geladeira e informatizada, 01 sala para especialista 04 (quatro) almoxarifados assim distribuídos: 01 (um) exclusivo para gêneros alimentícios e

utensílios da cantina, 01 (um) para material de Educação Física, 01 (uma) para material de limpeza. A escola possui uma boa cozinha com todos os equipamentos e utensílios necessários, sendo 01 freezer e 02 geladeiras. Banheiros para os alunos (masculino e feminino), tendo inclusive, banheiro com chuveiro e banheiro para cadeirante.

A escola também conta com algumas rampas de acesso para cadeirantes. A organização das mesas e cadeiras em sala de aula fica sempre a critério dos docentes, pois os mesmos podem colocá-las em fileira, em círculo ou em dupla dependendo da atividade que for desenvolver e os objetivos que deseja alcançar com a mesma.

Existe na escola uma professora que pratica sempre a “roda”, sendo uma metodologia diferenciada para dialogar com os alunos sobre vários assuntos, tais como: os acertos e erros desde a aprendizagem propriamente dita à conduta diária do aluno e sua relação com a escola e colega.

Os alunos demonstram prazer em estar na escola ela é tranquila e adequada para o desenvolvimento das atividades intelectuais. A Escola possui os seguintes recursos que ficam disponíveis para os professores: laboratório de informática (precário), sala de vídeo (televisão e DVD), data show, notebook e quadra coberta para a prática de Educação Física e para uso de prática esportiva pela comunidade e eventos.

2.1.3 - Recursos Financeiros

A escola recebe recursos financeiros da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais específico para manutenção e custeio da escola, sob a Rubrica de CX, devendo o referido recurso ser investido em: pequenos reparos, pagamento de telefone fixo e móvel, aquisição de gás, material de limpeza, material para o aluno, material para uso da secretaria, etc. Recebe recurso do FNDE - verba para a aquisição da merenda escolar, com aplicação de 30% em produtos da agricultura familiar. Recebe também recurso para a Merenda do Projeto Tempo Integral; recurso para as oficinas do Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa. No ano de 2014, serão 04 oficinas de futsal masculinas/01 feminina e 01 oficina de pintura em tecido, todos com voluntários. Uma vez por ano a Escola recebe também a verba do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), que é destinada a compra de materiais

permanentes e de consumo. A escola conta com o colegiado que auxilia a direção na gestão escolar, como aplicar a verba recebida, levando em conta a opinião de toda equipe sobre quais são as necessidades da escola. Os recursos destinados para o Capital voltados para compra de materiais permanentes, sempre investidos em materiais voltados para o Ensino Fundamental Anos Finais, visando uma melhoria no ensino aprendizagem. Os recursos para o custeio são destinados à compra de matérias complementares para o uso dos alunos e dos professores, aquisição de material didático-pedagógico; desenvolvimento de atividades educacionais avaliação de aprendizagem, materiais esses que são sempre solicitados pelos professores.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

É papel do gestor e da equipe pedagógica o acompanhamento contínuo das atividades dos docentes, apoiando e incentivando a utilização dos diversos materiais disponíveis na escola e acompanhar o desenvolvimento dos alunos, elaborando propostas para os estudos monitorados para auxiliar os alunos que ainda não consolidaram as capacidades propostas para cada ano.

A escola por ser pequena proporciona à Direção, professores e demais funcionários conhecer um pouco melhor a realidade dos alunos e seus familiares, tendo um contato muito próximo com os moradores dos bairros vizinhos.

Assim, processo educacional desenvolvido na escola contempla um ensino e aprendizagem refletindo sobre as questões sociais, as dificuldades encontradas no dia a dia dos alunos, dos pais, dos próprios professores e funcionários, criando um ambiente de proximidade, possibilitando encontrar alternativas de superação da realidade.

Neste contexto a Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques tem o objetivo de trabalhar o conhecimento sistematizado pelo aluno a partir de sua realidade, propondo uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando à transformação da comunidade na qual está inserida, através de ações concretas, com destaque para as oficinas do Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa.

Segundo as concepções weberianas sobre a escola, a educação escolar serve para que alguns indivíduos sejam reconhecidos socialmente através de honras sociais

positivas ou negativas: “as possibilidades de alcançar honras sociais são determinadas primordialmente pelas diferenças na educação” (Weber, 2002, p.210).

Conforme o autor a educação é concebida como “produção do saber”, pois o homem é capaz de elaborar ideias, possíveis atitudes e uma diversidade de conceitos.

Na escola Irmã Raimunda Marques, os professores ao perceberem que os alunos não corresponderam aos descritores planejados de acordo com os planos de aula, estes recorreram à Direção e especialista para traçarem novas estratégias que passaram a ser contempladas no PIP.

A partir da socialização das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, os próprios alunos já dominam a linguagem pedagógica dos descritores, das habilidades e competências que devem alcançar.

Na construção e na reelaboração do Projeto Político Pedagógico e a partir do diagnóstico realizado pela escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” no ano de 2004 e anos seguintes, a Direção, professores, servidores sempre buscaram desenvolver projetos que envolvessem a comunidade escolar. Assim, desde então, percebe-se que houve transformação dos alunos, seus familiares, dos moradores do entorno escolar e, da prática pedagógica e da gestão da escola.

Na prática, não houve milagre, mas um trabalho coerente dentro da concepção dos Currículos Básicos Comuns com do Plano de Intervenção Pedagógico.

O currículo contemplado na escola não é apenas o currículo formal e sistematizado, mas compreende a transversalidade e interdisciplinaridade para trabalhar de forma prazerosa todas as temáticas vivenciadas pelo aluno em seu entorno social.

As reuniões pedagógicas ocorrem quinzenalmente, atendendo ao módulo II, com a participação dos professores, da Direção e especialista e professores do Projeto Tempo Integral, que podem planejar junto com os professores dos anos finais.

A comunidade escolar é convidada a participar de todos os eventos sociais e educacionais da escola. Sempre que necessário a comunidade é convidada a participar. A entrega dos resultados dos alunos é realizada após o lançamento das informações no SIMADE, com a retirada do Boletim de resultados. A escola realiza duas (02) reuniões para a entrega dos resultados, sendo uma de 07h00min as

08h00min horas da manhã e outra de 17h30min as 18h30min horas, oportunizando a participação dos pais que trabalham.

O planejamento pedagógico é feito bimestralmente. Inicia-se o ano letivo com a aplicação das avaliações diagnósticas, em todas as disciplinas. Os professores tabulam os resultados (mapas) que após analisados pela especialista e direção juntamente com o professor da disciplina, montam o PIP, após, cada professor realiza o planejamento bimestral, que pode ser alterado sempre que necessário

Portanto, foi fundamental mudar a prática pedagógica da escola, contemplando e valorizando os saberes intra e extramuros escolares, contribuindo para o pleno desenvolvimento das capacidades, competências e habilidades dos educandos, com atividades interativas, criativas, inovadoras, contextualizadas promovendo o crescimento do aluno.

2.2.1 Conselho de Classe

O Conselho de Classe na escola é organizado como um momento de reflexão conjunta, avaliação do trabalho desenvolvido e do desempenho dos alunos. É uma revisão crítica, uma reorientação crítica, uma reorientação repensando uma metodologia empregada, para o desenvolvimento dos conteúdos.

É um espaço para discutir e traçar coletivamente alternativas de ação favorecendo a consciência pessoal e do grupo.

As reuniões do Conselho de Classe são organizadas contando com a presença dos professores, equipe pedagógica, direção, pais e alunos dependendo do objetivo e necessidades detectadas.

A escola Irmã Raimunda Marques, realiza um “pré conselho”. Nele são discutidas questões relativas ao resultado parcial do aluno antes do término do bimestre, ou seja, quais os alunos que estão necessitando de intervenção e atendimento mais individualizado. Todos os professores descrevem quais os alunos que apresentaram melhora na aprendizagem, na disciplina e quais os alunos que apresentaram comportamento que deixou a desejar. A partir desta análise, são realizadas as intervenções e a recuperação paralela. Após esta etapa, os professores se reúnem e

promovem o conselho de classe final, com todos os resultados e frequência dos alunos.

O “Conselho de Classe” na escola tem por objetivo analisar o processo de aprendizagem dos alunos, refletir sobre o trabalho em sala de aula com os mesmos.

Detectar os alunos que necessitam de estratégias de atendimento diferenciado, para alcançar com êxito o sucesso na aprendizagem.

Definir coletivamente propostas de trabalho, para minimizar as dificuldades apresentadas.

2.2.2 Plano de Ensino

O plano de ensino da Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” consiste na organização do processo de trabalho a ser desenvolvido no ano letivo em curso, em cada turma e em cada disciplina específica. Considera o material elaborado pela equipe da Superintendência Regional de Ensino, para as turmas dos para os Anos Finais do Ensino Fundamental – PIP anos finais, que consiste na elaboração de várias atividades com os descritores.

A elaboração do plano de aula é competência do professor responsável pela disciplina e com a equipe pedagógica da escola, decorre, assim, que o docente conhece quais são as suas turmas. Para elaboração do plano de ensino, o professor precisa conhecer as características de cada aluno (o que domina e o que não consolidou), de cada turma, os conteúdos específicos, o nível de rendimento esperado dos alunos, as diretrizes e orientações curriculares emitidas pela SEE, o Projeto Pedagógico da Escola, levando em consideração as avaliações diagnósticas realizadas no início do ano letivo.

2.2.3 Plano de Aula

Planejamento que compõe a rotina diária do trabalho pedagógico. Consiste no detalhadamente do Plano de Ensino, tendo em vista sua operacionalização sistemática, e deve contemplar: As necessidades e os avanços já alcançados pelos alunos e a intervenção pedagógica no tempo certo, a coerência que deve existir entre as capacidades a serem desenvolvidas, bem como os descritores e as atividades e conteúdo que devem ser trabalhados em consonância com os cadernos

os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, Matriz de Referências, Boletins do PROEB, Plano de Intervenção Pedagógico, dentre outros, o desenvolvimento dos alunos nos conteúdos propostos, visando sempre se há necessidade de rever ou continuar os conteúdos.

2.2.4 - Plano de Intervenção Pedagógico

A escola elabora o Plano de Intervenção Pedagógico a partir dos resultados das avaliações internas (diagnósticas e regulares e avaliações externas/PROEB), devendo ser coerente com Projeto Pedagógico da Escola. Sendo o instrumento fundamental para garantir melhor aprendizagem dos alunos e o cumprimento das metas da escola. A escola sempre recorre ao Boletim do PROEB com uma análise pormenorizada de forma seja reelaborado o Plano de Intervenção Pedagógico, com o uso dos seguintes recursos: atendimento aos alunos em turmas do Projeto de Tempo Integral, laboratório de aprendizagem, enturmação temporária por conteúdo; quando se faz necessária, enturmação temporária por turmas contemplando os níveis de dificuldades; atendimento a pequenos grupos de alunos de forma sistematizada; utilização da Biblioteca com o espaço dinâmico de leitura.

2.2.5 Projetos

A Secretaria de Estado da Educação apoia o desenvolvimento da Gestão Pedagógica através da subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica e coordena vários projetos. A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” participa de alguns projetos de acordo com a sua clientela, tais como, a “Escola Viva, Comunidade Ativa” e o Projeto “Tempo Integral”.

2.2.6 Metodologia privilegiada pela escola

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” adota uma metodologia inovadora, participativa e dialógica.

Bimestralmente são elaborados planejamentos interdisciplinares dos conteúdos curriculares e temas transversais de acordo com as necessidades da clientela e realidade escolar.

Os Conteúdos e Projetos são contextualizados para uma participação ativa e efetiva

dos alunos, professores e comunidade escolar.

Os professores atuam como mediadores na construção do conhecimento, diagnosticando continuamente a aprendizagem dos alunos para replanejamento do trabalho. Os trabalhos são diferenciados de acordo com a clientela, procurando atender as diferenças de cada turma. Quanto aos anos finais do Ensino Fundamental a maioria dos professores trabalha interdisciplinaridade em forma de projetos.

3. CURRÍCULO

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” segue todas as orientações da Secretaria Estadual de Educação no que se refere ao currículo vivenciado no âmbito escolar. De acordo com Silva (2001), no Brasil, o currículo seguiu a influência americana tecnicista e foi entendido a princípios pelos diretores e professores, como a organização de matérias ou disciplinas e conteúdo a serem estudados.

Com o passar do tempo o Currículo passou a ser entendido e vivenciado como o processo que lida e discute ideias, conhecimentos, hábitos, valores, teorias, técnicas, competências e habilidade, dispostos em conjuntos de matérias e disciplinas escolares e respectivos programas.

Para Silva (2001), não há como se pensar em currículo sem discutir a questão central,

atribuída ao currículo: saber qual conhecimento deve ser ensinado ao aluno.

O conhecimento é sempre o resultado de uma relação: de um universo mais amplo de conhecimento e saberes seleciona-se aquela parte que vai construir precisamente, o currículo. A teoria do currículo tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados buscam justificar por que esses conhecimentos e não “aqueles” que devem ser selecionados. (SILVA, 2001, p15)

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” ministra os anos finais do Ensino

Fundamental, tendo como amparo legal a Resolução 2197/2012, nos artigos 27 e 28 transcritos “in verbis”

O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir ao educando:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. A aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Fundamental com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

- I. Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;
- II. Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;
- III. Ciclo intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade 6º e 7º ano;
- IV. Ciclo de Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade 8º e 9º ano.

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

- I. Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;
- II. Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;
- III. Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;
- IV. Ciclo da consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano. (SEE-MG, 2012. p 05)

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” atende o ciclo intermediário e da consolidação o qual deve ampliar e intensificar, gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental, bem como considerar o princípio da continuidade da aprendizagem, garantindo a consolidação da formação do aluno nas competências e habilidades indispensáveis ao prosseguimento de estudos no Ensino Médio. E ainda de acordo com a resolução 2197/12 no artigo 31 determina os conteúdos obrigatórios que devem constar no currículo:

Os Componentes Obrigatórios do ensino Fundamental que integram as áreas de conhecimento são os referentes a:

I. Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Materna, para populações indígenas;
- c) Língua Estrangeira Moderna;
- d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical;
- e) Educação Física.

II. Matemática.

III. Ciências da Natureza.

IV. Ciências Humanas:

- a) História;
- b) Geografia;

V. Ensino Religioso.

Relativamente ao Ensino Religioso a Escola, no ato da matrícula, informa ao pai ou responsável que o aluno poderá optar por frequentar ou não a disciplina, porém, outra atividade deverá ser ofertada ao aluno. A escola expõe com clareza que a disciplina não trabalha com o conceito de religião e sim, valores humanos. A escola nunca enfrentou problemas no que se refere à oferta do Ensino Religioso e, todos os alunos frequentam as aulas.

3.1 DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na resolução SEE-MG 2197/12 em seus artigos 44, 45,46 resguarda aos alunos com atendimento educacional especializado a sua permanência no ensino regular, assim como deverá estar assegurado no regimento escolar e no projeto político pedagógico:

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 44 A Educação Especial, modalidade transversal a todas as etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades /superdotação, devendo ser prevista no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar.

Art. 45 O Projeto Político-Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar devem contemplar as condições de acesso, percurso e permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas escolas comuns do ensino regular, garantindo o processo de inclusão.

Art. 46 O Atendimento Educacional Especializado – AEE, deve identificar, elaborar, organizar e oferecer os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, em constante articulação com os demais serviços ofertados.

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques”, de conformidade com a legislação vigente, promoverá todos os esforços necessários para o acesso e permanência dos alunos com deficiência em seu percurso escolar.

Os alunos com deficiência serão assistidos pela equipe pedagógica, que fará o acompanhamento através do PDI.

A escola utilizará de todos os recursos pedagógicos e de acessibilidade a fim de eliminar barreiras aos alunos com deficiência.

3.2 DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Educação em tempo integral é um projeto cujo objetivo é oferecer aos alunos espaços educativos diferentes do ensino regular e com qualidade e quantidade diariamente de 3 horas visando uma jornada escolar maior, favorecendo um aprendizado eficaz.

Em conformidade com a resolução 2197/12 em seu artigo 84, parágrafo único:

A jornada escolar ampliada deve ter a duração mínima de 3 (três) horas diárias durante todo o ano letivo e contemplar a formação além da Escola, com a participação da família e da comunidade.

As atividades da jornada ampliada podem ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, conforme a disponibilidade da Escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do entorno em que está situada a unidade escolar, mediante as parcerias estabelecidas. (SEE-MG, 2012 p18)

A grade curricular do PROETI já vem no formato da SEE-MG, sendo que a escola faz apenas a opção dentro das atividades complementares.

Na E.E. Irmã Raimunda Marques ficou definido as seguintes atividades complementares: Alfabetização e Letramento, histórias em quadrinhos, compostagem do solo (horto e horta escolar).

Sabe-se, no entanto, que o projeto político pedagógico é um documento que requer atualização anual, segundo Veiga:

[...] o projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é vivenciado em todos os momentos, por todos envolvidos com o processo educativo da escola. O projeto busca uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais coletivos da população majoritária.

É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA 1996, p.12-13 apud BRANDÃO 2005)

A E.E. Irmã Raimunda Marques está subordinada a legislação vigente: a resolução SEE-MG 2197/12, a LDB 9394/96, de acordo com LOPES, a escola acaba sob um poder dominante com anos anteriores, a sociedade capitalista.

Se o Estado deixa de ser o centro da ação política e se o poder perde seu centro, as ações contra-hegemônicas engendradas a partir da ênfase em uma interlocução com o Estado perdem sua força. Considero, assim, que as ações visando à formação de novas hegemônias devem ser pensadas também a partir de diferentes centros de poder que perpassam nosso próprio cotidiano, na pesquisa, nas escolas, na socialização e produção de concepções curriculares e, portanto, de cultura. Uma das dificuldades, entre tantas, passa a ser de entender como cada ação pode ser capaz de engendrar processos de dominação como discursos e práticas podem gerar projetos excludentes, não apenas porque assimilam os discursos aqui analisados, mas porque os produzem em nível local e global. (LOPES, 2006,p.39-40)

A equipe gestora da E.E. Irmã Raimunda Marques está vigilante para não gerar em seu projeto, o currículo escolar com ações que excluem a comunidade escolar seja em qualquer dimensão.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

De acordo com Freitas (2004), o espaço escolar é entendido como um local em interface com a realidade do entorno da escola e regido por princípios democráticos, portanto é o espaço no qual a comunidade escolar deve atuar em prol da educação, seguindo a legislação vigente.

A escola segue as orientações legais para o cumprimento dos dias letivos e conseqüentemente sua carga horária, a saber, nos anos finais do Ensino Fundamental serão cumpridos os 200 dias letivos distribuídos com carga horária de 833:20, excluídos deste cômputo 66:40 destinados ao recreio.

4.1 DO CALENDÁRIO ESCOLAR

O Calendário escolar é definido como um instrumento de relevância na organização dos trabalhos escolares, o qual define parâmetros gerais relativos à organização do ano escolar nos estabelecimentos de ensino.

Ele determina as datas previstas para o início e o término dos períodos letivos e as demais atividades, conforme legislação específica publicada pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, no Órgão Oficial “Minas Gerais” e é enviado para à escola para devida adaptação com a realidade de cada instituição escolar, quando adaptado deverá ser aprovado em reunião pelo Colegiado escolar, em seguida homologado pela SRE. Por atender alunos da zona rural, a E.E. Irmã Raimunda Marques necessita de transporte escolar, portanto o calendário escolar deve ser compatível com o calendário da Secretaria Municipal de Educação de Curvelo. Cabe à inspeção Escolar supervisionar o cumprimento do calendário escolar e as atividades nele previstas, sendo 200 (duzentos) e carga horária de 833 horas e 20 minutos.

A escola para fins de organização pedagógica e para atender a demanda do SIMADE, divide o ano por bimestre, sendo 04 bimestres assim mensurados: 1º bimestre (fevereiro, março e abril); 2º bimestre (maio, junho e julho); 3º bimestre (agosto e setembro) e 4º bimestre (outubro, novembro e dezembro), sendo 05 horários de segunda à sexta-feira, incluindo as aulas de Educação Física que ocorrem dentro do horário normal de aula.

As aulas iniciam-se às 7 horas da manhã, com intervalo do recreio de 9:30 às 9:45 e término das aulas às 11:30 horas.

A escola funciona em dois turnos sendo, Matutino 6º ao 9º anos e a ampliação do tempo na escola é uma realidade na E.E. Irmã Raimunda Marques. No turno vespertino desenvolve atividades do projeto de tempo integral e nos finais de semana oficinas do Projeto Escola Vivas, Comunidade Ativa, projetos esses que tendem a melhorar a qualidade da educação, conforme aborda Cavaliere (2007, p.2):

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição destes às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo escolar como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos.

O Projeto Tempo integral inicia-se às 11:30, com almoço, atividades de higiene dos alunos, atividades pedagógicas, recreativas, oficinas e outras.

As reuniões, dentre elas: conselho de classe, módulo II, reuniões de pais para entrega de resultado e assembleias com a comunidade. Os conselhos de classe estão previstos no calendário escolar, com vistas à, preparação e a participação dos professores das turmas, do supervisor pedagógico, dos pais, da comunidade, sempre com a participação da direção e especialista da educação, sendo que as reuniões com os pais são realizadas em 02 (dois) horários distintos, permitindo maior participação destes na vida escolar de seus filhos.

As reuniões são planejadas com pauta para cada turma, o que permite discutir de maneira pormenorizada as necessidades pedagógicas de cada turma.

As reuniões pedagógicas são diferenciadas e acontecem quinzenalmente, não tendo dia da semana pré-definido usando do módulo II com duração de 4 horas e trinta minutos, em horário extraturno (sempre à noite). A participação dos professores é obrigatória, pois além de fazer parte de suas atribuições, proporcionando tempo e

espaço de reflexão e aprimoramento profissional. O principal objetivo da reunião pedagógica é a formação continuada dos professores, através de estudos e da reflexão

sobre a prática pedagógica, bem como, solucionar problemas que acontecem no dia a dia da escola.

As atividades extraclasse são cumpridas parte na escola, outra parte à critério do professor em conformidade com a legislação. Na escola, o professor utiliza as “chamadas janelas” existentes no horário para realizar atividades de leitura da legislação, bem como, atividades de planejamento de planos de aula, xerox de atividades, cumprindo as referidas horas atividades de acordo com o número de aulas do cargo conforme a decreto nº 46 125/13.

Todos têm o dever de participar e o direito de falar, expressando suas necessidades, dúvidas, certezas, aprendizados e vivências. Os professores têm plena liberdade para expressar suas ideias e são respeitados em suas opiniões e conhecimentos, o que gera um ambiente de amabilidade entre todos. As reuniões são organizadas com pauta de assuntos a serem discutidos, com a presença da direção e especialista, com devido registro em ata e assinatura dos participantes. O docente que não participa das reuniões pedagógicas ou das horas atividades, deixará de receber pelas horas destinadas a elas.

Nas reuniões pedagógicas inclui-se o conselho de Classe, sendo este um momento utilizado pela Escola para analisar os avanços e/ou retrocessos dos alunos; o desempenho dos professores e da equipe escolar. O Conselho de Classe é realizado com a intenção de aprimorar a prática educativa, através de discussões sobre a disciplina, o comportamento e as dificuldades de cada aluno. De acordo com Navarro(2004, p 39), preleciona que o conselho deve:

[...] caberá ao Conselho Escolar identificar os aspectos contemplados nas respectivas avaliações e verificar como se situa a escola em cada um deles. Assim, pode ser feito um mapeamento de todos os aspectos discriminados nas avaliações e, depois de identificar os pontos fortes, médios e fracos da escola, propor encaminhamentos para a melhoria dos processos pedagógicos e dos resultados obtidos. Além disso, importante também é identificar a responsabilidade sobre cada um dos encaminhamentos feitos, isto é, quem é o responsável pela

implementação da medida proposta. Completando o panorama, é necessário estabelecer um cronograma para o desenvolvimento dessas ações, que seja possível para a escola.

O planejamento consiste em atender as reais necessidades de cada turma e, em especial de cada aluno, contemplando as necessidades e os avanços de todos os alunos, e a intervenção pedagógica e, para isso busca estabelecer coerência entre as capacidades a serem desenvolvidas, bem como os descritores as atividades e conteúdos que devem ser executados em consonância com os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, O PIP e a sequência didática ofertada pela Superintendência Regional de Ensino, dentre outros

5. PROCESSOS DE DECISÃO

No âmbito escolar vivencia-se uma grande autonomia no que se refere à tomada de decisões, sendo que autonomia significa a capacidade de cada um e do grupo para a tomada de decisão, sua realização concretiza no âmbito escolar pela participação e na autonomia das escolhas na construção participativa.

Na organização formal de nossa escola, o fluxo das tarefas das ações e principalmente das decisões é orientado por procedimentos formalizados, prevalecendo as relações hierárquicas de mando e submissão, de poder autoritário e centralizador. Uma estrutura administrativa da escola adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão. Isto requer uma revisão das atribuições específicas e gerais, bem como da distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão. Para que isso seja possível há necessidade de se instalarem mecanismos institucionais visando à participação política de todos os envolvidos com o processo educativo da escola. .(VEIGA, 2002 p.8).

Quanto à Comunidade Escolar, já se sabe da sua força, do quanto é útil e imprescindível a sua ação no interior da Escola.

Para alguns pesquisadores, a participação das famílias na Escola não resulta apenas em possibilidades de consolidar a democracia na Escola. Para eles, a

participação é um espaço que possibilita aos sujeitos a construção sua autonomia e o exercício da liberdade.

A esse respeito, Gadotti (1994, p.42) relata:

A participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania. Além “da formação da cidadania, a participação também é apontada como instrumento de formação de familiares do aluno”.

A Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques” procura desenvolver um trabalho bastante articulado com a comunidade promovendo eventos para inseri-los no seu cotidiano, bem como, no processo ensino-aprendizagem.

A escola busca sempre desenvolver a integração com a comunidade, através de reuniões periódicas, para discussão do trabalho realizado e análise dos resultados obtidos em todos os aspectos, com o objetivo de replanejar de acordo com as sugestões do coletivo: escola / comunidade.

Frequentemente a família é informada quanto ao desempenho do aluno em seu desenvolvimento global, nas avaliações internas e são os resultados obtidos.

A participação na escola significa, portanto a intervenção dos usuários profissionais da educação, dos alunos e pais na gestão da escola.

A Direção da escola busca sempre o apoio do Colegiado Escolar que procura as famílias dos alunos os quais se encontram faltosos, medida para evitar evasão escolar, bem como, solucionar problemas de indisciplina através de reuniões com os pais dos alunos com comportamento de transgressão, na mediação de conflitos.

A equipe diretiva expõe seus conflitos, discute e trabalha suas divergências, valoriza o diálogo em todos os níveis e em todas as situações de conflito. Os profissionais da escola são coerentes quanto ao que ensinam e o que praticam, são exemplos daquilo que pregam. Os direitos, deveres, limites e normas considerados básicos para regular as relações pessoais e profissionais são definidos de forma democrática e coletiva, o que prevalece na escola, às relações solidárias, o diálogo e a cooperação entre todos da equipe e comunidade escolar.

O processo de indicação/escolha da Direção da Escola Estadual “Irmã Raimunda Marques, desde que foi implantado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, segue o processo formalizado de Certificação e Eleição conforme legislação vigente”.

Todos os processos de indicação ocorridos na escola priorizaram o respeito entre as pessoas que pleitearam a gestão, não tendo sido registradas ocorrências desagradáveis entre os candidatos e eleitores. Importante destacar que já ocorreu processo sem a formação de chapas para a disputa, tendo sido apenas referendada pelo Colegiado Escolar a chapa que permanece frente à Direção da escola, por 10 anos consecutivos. Todas as decisões na dimensão financeira e administrativa da escola “Irmã Raimunda Marques”, é realizada com a efetiva participação do Colegiado Escolar, que opina, sugere e fiscaliza, sendo importante respaldo para que todas as ações sejam concretizadas em prol do bem comum dos alunos, funcionários e da comunidade escolar, sempre em consonância com as legislações do Colegiado Escolar, administrativa e financeira.

A dimensão pedagógica é acompanhada pelo colegiado escolar, que colabora e muito em vários pontos que podem acarretar prejuízos na aprendizagem dos alunos.

Exemplificando, uma das ações do Colegiado da Escola é acompanhar problemas que envolvem evasão e faltas dos alunos, indo, se necessário, até as casas dos alunos para conversar com os pais ou responsáveis e, abordam os mesmos sobre o “por quê” das faltas e busca o retorno do aluno para a sala de aula, assim, algumas evasões foram evitadas.

Relativamente à autonomia da Escola, importante observar que a dimensão mais ampla é a pedagógica, tendo em vista que não existe uma “receita pronta” para o ensinar e aprender.

A escola utiliza várias metodologias para ministrar aulas, não discriminando nenhuma, pois a abordagem pelo professor deve atender a diversidade da turma e de cada série, e da capacidade de cada professor em inovações visto que o mundo globalizado exige professor também atualizado tanto em informática quanto em conhecimento.

Assim, os profissionais da Escola sentem-se muito confortáveis ao que se refere ao à prática pedagógica no processo de “ensino-aprendizagem, tendo eles liberdade para escolher como devem desenvolver o trabalho nas turmas e, talvez, o fator que contribui significativamente para essa liberdade, seja o reduzido número de turmas e número de alunos por turma”.

A Escola conta, formalmente, apenas com o Colegiado Escolar para a tomada de decisões, no entanto, o grupo de professores, em sua maioria, aponta sempre boas sugestões para a gestão da escola.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações interpessoais entre corpo docente e direção da escola demonstram um ótimo nível de satisfação, sendo que, o desenvolvimento organizacional requer mais do que uma boa convivência social. Apesar da importância das relações interpessoais no desenvolvimento das instituições, a equipe gestora leva em consideração outros elementos como as competências pessoais, a formação profissional, os planos de trabalho de cada um. É nessa interação que a teia da convivência, da partilha das experiências e do conhecimento se constrói. É neste processo que a diretora desenvolve seu trabalho.

São pessoas diferentes, mas que, sob o teto da instituição escolar, irmanam-se no objetivo comum: propiciar a aprendizagem a todos os alunos. É neste processo pedagógico que se identifica a escola e todos que aí trabalham. Pois é a equipe gestora que faz convergir essas forças de trabalho em favor do sucesso de todos os alunos.

É importante reiterar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho da fragmentação e do controle hierárquico. É nesse movimento que se verifica o confronto de interesses no interior da escola.

Por isso todo esforço de se gestar uma nova organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola. Há uma correlação

de forças e é nesse embate que se originam os conflitos, as tensões, as rupturas, propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que favoreçam o diálogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo, a descentralização do poder. A esse respeito, Machado Apud Veiga assume a seguinte posição: "O processo de luta é visto como uma forma de contrapor-se à dominação, o que pode contribuir para a articulação de práticas emancipatórias" (1989, p. 30). A partir disso, novas relações de poder poderão ser construídas na dinâmica interna da sala de aula e da escola. (Veiga 2002 p.9).

A Escola conhece e mantém estreito relacionamento com o Conselho Tutelar, trabalha de forma cooperativa e, busca auxílio nele em caso de necessidade. Mantém formas de comunicação e informação abertas, socializando e propiciando transparência de suas ações.

No que se refere ao envolvimento da escola com a comunidade percebe-se uma grande interação, todos da escola conhecem e se preocupam com os problemas da comunidade. A escola percebe os valores desta comunidade e sempre está de portas abertas para receber a todos da comunidade que necessitam de ajuda ou orientação.

Os funcionários da escola destinam um tempo semanal para a capacitação em serviço e trabalho coletivo, há na escola, debates e trocas de experiências entre seus profissionais, os quais sempre procuram viabilizar a capacitação profissional, principalmente a capacitação na área em que atua que é sempre valorizada. O gestor incentiva seus profissionais a participarem de seminários, cursos e grupos de estudo, existem critérios claramente definidos para a participação em cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento. A avaliação de desempenho e o perfil do profissional desejado pela escola são levados em consideração para o encaminhamento do profissional para cursos de capacitação.

Um aspecto que se destaca na escola é a boa convivência entre os servidores da escola. Quando acontece alguma situação desagradável, a mesma é enfrentada pela Direção e os envolvidos antes que tome uma proporção maior, ou seja, que inviabilize um diálogo respeitoso.

Com todos os problemas que estamos assistindo pelos meios de comunicação ou mesmo reportados pelos colegas de trabalho, um dado que chama a atenção na escola é o respeito que os alunos têm com os professores, funcionários e direção.

7. AVALIAÇÃO

O processo avaliativo, fase imprescindível no processo de aprendizagem deve ser entendido e utilizado com diagnóstico daquilo que é trabalhado nas aulas durante o período letivo. A visão apenas quantitativa do processo avaliativo, no entanto, não condiz às finalidades do ensino, principalmente na conjuntura educacional atual, onde as atividades educativas devem ser elaboradas e reelaboradas a todo o momento, de acordo com as necessidades contextuais.

O processo avaliativo deve refletir o que deve ser aprimorado no trabalho do educador, pois ela é a verificação de consolidação das capacidades e habilidades desenvolvidas pelos alunos a partir do trabalho diário realizado em sala de aula. Todos os tipos de avaliações devem conter questões fáceis, medianas e complexas valorizando, com verificação da aprendizagem dos alunos em momentos diversos das competências e habilidades que foram ou que ainda necessitam ser consolidadas pelos alunos da escola.

Na E.E. Irmã Raimunda Marques as avaliações são divididas da seguinte forma: 1º bimestre - 25 pontos, 2º bimestre - 25 pontos, 3º bimestre - 25 pontos e 4º bimestre - 25 pontos, antes do final do bimestre, a direção, juntamente com a especialista realizam reunião pedagógica denominada de “pré-conselho”, usando do módulo II, para averiguarem o desenvolvimento dos resultados prévios e, conseqüentemente, verificam como serão realizadas as recuperações de conteúdo e notas e, somente após as recuperações. Ao final de cada bimestre realiza-se o conselho de classe, onde são levantados temas voltados para as turmas individualmente, principalmente a frequência, os alunos ainda requer a consolidação das habilidades, indisciplina, falta de apoio em casa, principalmente no acompanhamento da vida escolar do aluno.

A avaliação no ensino fundamental é diagnóstica, formativa e somativa, baseada em cada capacidade definidas para cada ciclo de escolaridade, de forma e orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos. Entender essa função da avaliação inserida no processo educativo faz dela um instrumento eficaz, já que orientará o educador na reelaboração de práticas que atenderão às reais necessidades dos educandos.

Acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos a reflexão com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto político-pedagógico. A avaliação do projeto político pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica.

Avaliadores que conjugam as ideias de uma visão global, analisam o projeto político-pedagógico, não como algo estanque desvinculado dos aspectos políticos e sociais. Não rejeitam as contradições e os conflitos. (Veiga 2002p.9).

De acordo com a LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser diagnóstica, contínua, e cumulativa, utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser atendido durante o ano letivo; prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, para garantir a aprendizagem.

As avaliações não devem ser excludentes, na verdade, o tema “avaliação” deve ser sempre pensado como uma via de mão dupla, sendo, na verdade um instrumento não somente para averiguar a aprendizagem do aluno, serve, também, de referência para averiguar a prática pedagógica do professor. O professor da E.E. Irmã Raimunda Marques avalia os alunos qualitativamente e quantitativamente, considerando que avaliar é um procedimento que deverá respeitar os alunos, e as suas particularidades, pois todos são capazes de apreensão do conhecimento, no seu tempo. O importante é não deixar o aluno que ainda não consolidou totalmente

as competências de lado, conforme orientação da SEE-MG nenhum aluno a menos, todos juntos.

Assim, além da avaliação do desempenho dos estudantes, deve-se procurar estabelecer um cronograma que contemple as demais dimensões do processo educativo, tais como: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola e o desempenho dos educadores docentes e não-docentes. (MEC,2004, p. 40)

De conformidade com a legislação, Resolução 2197/12 no seu artigo 69, a escola deverá promover a avaliação da aprendizagem dos alunos de forma conjunta entre professores e equipe pedagógica, sendo esta parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, a saber:

- I. Assumir um caráter processual, formativo e participativo;
- II. Ser contínua, cumulativa e diagnóstica;
- III. Utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;
- IV. Fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;
- V. Assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;
- VI. Prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;
- VII. Assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;
- VIII. Possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade. (SEE-MG 2012)

A Resolução no seu artigo 70 define:

Na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a

observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias. As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem os alunos devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela Escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar. (SEE-MG 2012)

A avaliação diagnóstica deve diagnosticar a aprendizagem através de atividades de verificação a fim de levantar dados para, a partir deles, reorganizar o processo pedagógico, construindo o Planejamento para a turma atendendo principalmente as habilidades ainda não consolidadas pela turma e ainda o atendimento individual para que tenham êxito os estudantes. As avaliações formativas para que o professor redirecione o seu fazer pedagógico ao longo do ano, deve ser realizada por todos os envolvidos, incluindo alunos e pais, a partir das atividades realizadas e dos objetivos alcançados. A escola deve organizar formas de relatar (registrar) o processo de aprendizagem de cada estudante. O foco se dá no diagnóstico do processo pedagógico para que se tome a(s) decisão(ões) adequada(s) no sentido de que o estudante tenha formação básica desejada consolidando competências que ainda não haviam sido vencidas, conforme os eixos do CBC. O processo ensino-aprendizagem e os resultados das avaliações são de conhecimento dos pais, bem como, as estratégias de intervenção pedagógica diferenciada que são utilizadas ao longo do ano letivo. De acordo com Veiga (2002 p.9)

A avaliação, do ponto de vista crítico, não pode ser instrumento de exclusão dos alunos provenientes das classes trabalhadoras. Portanto, deve ser democrática, deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica.

As avaliações externas realizadas anualmente como a Prova Brasil, PROEB (Língua Portuguesa e Matemática) e PAAE (Língua Portuguesa, Matemática e Ciências da Natureza) também são utilizadas para elaboração do PIP, integrando também as

metas da escola, sendo uma tarefa conjunta da escola e os professores, alunos e os pais. Para tanto, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, reserva 02 dias em seu calendário, denominados de dia “D”, com participação de todos os profissionais da escola que se reúnem para analisarem e discutirem os resultados alcançados nas avaliações externas (, PAAE, PROEB) e, em outro momento, “Toda Comunidade Participando”, sendo esta a oportunidade para que todos tenham ciência dos resultados e deles usufruam para redirecionar as atuações em sala de aula. Quanto aos resultados da Prova Brasil, que compõem dados para o IDEB da escola, a escola estadual “Irmã Raimunda Marques”, desde que começaram as avaliações externas, está melhorando a sua proficiência e, no ano de 2013, obteve resultados bem satisfatórios, inclusive, desde 2011, deixou a classificação de “escola estratégica” pela SEE/MG.

A progressão Parcial, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e contemplada na Resolução SEE nº 521/04, de 02/02/04 I (com vigência até 31 de dezembro de 2012), instituiu o Regime de Progressão Continuada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Regime de Progressão Parcial nos 4 anos finais do Ensino Fundamental.

Por determinação da Resolução 2197/2012, a progressão parcial passou a ocorrer a partir do 6º ano do ensino fundamental, deste para o ensino médio e no ensino médio, poderá beneficiar-se da progressão parcial, em até 3 (três) Componentes Curriculares, o aluno que não tiver consolidado as competências básicas exigidas e que apresentar dificuldades a serem resolvidas no ano subsequente.

Promoção: A verificação do rendimento escolar decorrerá da avaliação do aproveitamento e apuração da assiduidade. Será considerado promovido para o ano subsequente ou concluinte do curso, o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média final igual ou superior a 50 pontos. O aluno com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média INSUFICIENTE ou inferior a 50 pontos poderá ser promovido, se submetido aos procedimentos de estudos orientados previstos no presente documento do Regimento Escolar. Caso a infrequência seja superior a 25%, terá direito a reclassificação se obtiver resultado superior a 50% em todos os componentes curriculares.

As avaliações são, portanto, essenciais para todos os segmentos escolares. Para o gestor sinaliza como está o processo ensino-aprendizagem e, através desse resultado servirá de norte para as metas escolares. Para o professor, as avaliações fornecem dados para avaliar a sua atuação enquanto mestre, permitindo pensar e repensar como deve ser a sua prática pedagógica; como deve observar e verificar a consolidação das habilidades e competências da série. Para os alunos e pais, as avaliações devem oportunizar momentos de reflexão e averiguação do que foi aprendido e apreendido, o conhecimento como um todo ao longo da série ou ciclo escolar.

Somente há resultado positivo quando todos envolvem com o processo ensino aprendizagem e buscam a qualidade da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Presencia-se no âmbito escolar uma grande efetivação da autonomia, junto à democratização dos espaços escolares, muito se avançou no que se refere à descentralização das estruturas de decisões e ações, abrindo espaço para participação de toda comunidade educativa. Neste novo contexto a comunidade escolar passa a ter um espaço efetivo nas decisões e planejamentos nas instituições escolares, podendo assim contribuir para uma maior objetivação de metas reais as quais possam melhor atender a realidade de cada escola. A construção do projeto político-pedagógico envolve a equipe toda, dentre os quais se encontram: o gestor, professores, funcionários, pais e comunidade escolar e deve ser entendido por todos, como efetivação da gestão democrática e participativa expressa nos processos de autonomia.

A criação do Projeto Político Pedagógico trouxe para o interior das escolas a possibilidade de democratizar as estruturas do poder escolar, pois permite a todos os envolvidos a organização de ações de interesses locais, estabelecendo um processo de diálogo com a comunidade escolar.

A escola, para se desvencilhar da divisão do trabalho, de sua fragmentação e do controle hierárquico precisa criar condições para gerar uma outra forma de organização do trabalho pedagógico. A reorganização da escola deverá ser buscada de dentro para fora. O fulcro para a realização dessa tarefa será o empenho coletivo na construção de um projeto político-pedagógico e isso implica fazer rupturas com o existente para avançar.

É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano. Para tanto ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário à consolidação de sua proposta.

A construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

Finalmente, há que se pensar que o movimento de luta e resistência dos educadores é indispensável para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessária dentro e fora dos muros da escola. .(Veiga,2002, p.9).45

A escola Irmã Raimunda Marques, como uma instituição social voltada para a educação do cidadão, reafirma seus objetivos principais: a instrução e a formação humana para o fortalecimento da cidadania.

O Projeto Político Pedagógico faz parte do planejamento e da gestão escolar na medida em que expressa a identidade da comunidade a qual prestará atendimento. A questão principal do planejamento é expressar a capacidade de se transferir em um movimento constante de reflexão/ação/reflexão. Sendo assim uma construção coletiva para uma educação de qualidade, inovadora para todos, onde a flexibilidade será respeitada em prol da melhoria do desempenho da escola, se faz presente orientando a implantação de novos projetos. A implantação do projeto de Intervenção Pedagógica, a adoção de novas tecnologias ou na melhoria das existentes e a utilização de novas estratégias pedagógicas representam a constante batalha dessa instituição educacional no atendimento dos seus objetivos.

O Projeto Político Pedagógico atua como norteador da vida escolar, ajudando a resolver muitos problemas da educação enfrentados pela sociedade, oferecendo e

assegurando ao educando uma melhor qualidade de ensino, sendo este o objetivo do trabalho oferecido em nossa escola. Ao término de cada semestre letivo, deverá ser feita uma análise detalhada coletivamente do plano de ação, se necessário reformulando-o, com o objetivo de adequá-lo às novas situações surgidas no decorrer do ano.

Ações concretas na solução de problemas diagnosticados no decorrer das atividades educacionais consagram a obra da instituição enquanto entidade formadora de opiniões e mediadora de conhecimentos que, quando dotados de sentido, permitem sua aplicabilidade para uma atuação social empreendedora.

REFERÊNCIAS

ALVES José Matias. Organização, gestão e projeto educativo das escolas. Porto Edições Asa, 1992.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 01/05/2014 às 14h

BRANDÃO. Maria, Everalda Silva. O projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino. Rio de Janeiro 2005. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/> Acesso em 17/07/14

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (e atual Diretrizes e Bases da Educação Nacional

_____). Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de

Educação. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares

Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação

Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997

_____ CONSTITUICAO FEDERAL, 1988.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública.

Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/08/14 as 19:10 horas.

CURRY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>, Acesso em 17/07/14

DOURADO, Luiz Fernandes. A Qualidade da Educação: Conceitos e Definições,

Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/07/14 as 17:30 horas

FREITAS, Luiz Carlos de. CICLO OU SÉRIES ? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? Disponível em

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/08/14

GADOTTI, Moacir. "Pressupostos do projeto pedagógico". Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília: MEC, 28/ago. a 2/set 1994.

LOPES, Alice. Casimiro. Discursos Nas Políticas De Currículo. Currículo sem

Fronteiras, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em:

<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso 24.08.1447

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Projeto de Desenvolvimento

Profissional de Educadores – PDP 2005. Módulo II. O planejamento do ensino.

Orlando Aguiar Jr. Disponível em: <<http://www.gestaodeconcurso.com.br/site/>

_____ PARECER do Conselho Estadual de Educação de Educação nº 1132/97

_____ PARECER do Conselho Estadual de Educação de Educação nº 1158/98

_____ RESOLUÇÃO nº 469/03 – Organização do Ensino Fundamental.

_____ RESOLUÇÃO nº 521/04 – Organização e Funcionamento Escolar.

_____ RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012. Dispõe

sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências

NAVARRO, Ignez Pinto, et.al Conselho Escolar e a aprendizagem na escola.
.Brasília :

MEC/SEB, 2004, p. 38-40, (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII)

SILVA, Tadeu. Tomaz. Documento de identidade: uma introdução às teorias de currículos. Belo Horizonte, MG, Autêntica, 2001.

TESSARIN, Marcia Maria de Oliveira. Diretor de Escola, Projeto Político Pedagógico e a Formação de Professores de uma Escola Municipal do Ensino Fundamental de uma cidade paulista- S Disponível em: < <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs>. Acesso em 22/08/14>, as 19 horas.

VEIGAI, Ilma. Passo, Alencastro. Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14a edição Papirus, 2002.

Weber,Max. A Psicologia social das Religiões Mundiais. In: Ensaios de Sociologia. 5ªEd. Rio de Janeiro, LTC Editora S.A, 2002.